

DA FINANCEIRIZAÇÃO DA ECONOMIA À PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO: CONSIDERAÇÕES A PARTIR DA OBRA TARDIA DE LUCIANO GALLINO

João Mauro Gomes Vieira de CARVALHO¹

■ **RESUMO:** O presente trabalho tem como objetivo apresentar a obra recente de Luciano Gallino, importante sociólogo italiano, que dedicou seus últimos anos à análise crítica do processo de globalização neoliberal. Segundo o autor, esse processo teria sido marcado pelo primado do capital financeiro sobre o produtivo, de acordo com as propostas do receituário neoliberal, que promoveu a desregulamentação econômica e a flexibilização e conseqüente precarização do trabalho, intensificando a pressão concorrencial e insegurança de vida das classes trabalhadoras. Transformações econômicas que seriam produzidas por um processo político de implementação de uma hegemonia ideológica neoliberal, promovendo simultaneamente a erosão da cultura política democrática.

■ **PALAVRAS-CHAVE:** Neoliberalismo. Capitalismo financeiro. Teoria social. Luciano Gallino.

Introdução

Ao revisitar retrospectivamente, na década de 1990, o que chamou de “breve século XX”, Eric J. Hobsbawm (1995) expressou seu espanto em relação ao predomínio, a partir da década de 1980, de um ideário econômico bastante semelhante àquele que levara o mundo à “Grande Depressão” em 1929, conduzindo a um “abismo econômico” que servira de solo fértil para a recusa

¹ UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara. Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Araraquara – SP – Brasil. 14.800-105. jmcvalho87@gmail.com.

da política democrática e dos valores liberais, para a ascensão de regimes autoritários, notadamente do fascismo e do nazismo, para o segundo grande conflito de proporções globais que atingiu o mundo em um intervalo de duas décadas, a Segunda Guerra Mundial.

Suas palavras a esse respeito são eloquentes:

Aqueles entre nós que viveram os anos da Grande Depressão ainda acham impossível compreender como as ortodoxias do puro mercado livre, na época tão completamente desacreditadas, mais uma vez vieram a presidir um período global de Depressão em fins da década de 1980 e na de 1990, que, mais uma vez, não puderam entender nem resolver. Mesmo assim, esse estranho fenômeno deve lembrar-nos da grande característica da história que ele exemplifica: a incrível memória curta dos economistas teóricos e práticos (HOBSBAWN, 1995, p. 107).

Hobsbawn parecia notar, de antemão, as consequências que a adoção de uma orientação econômica ortodoxa provocaria nos anos subsequentes, com a produção de uma nova crise econômica em escala global em 2007, levando, novamente, ao aparecimento de manifestações político-ideológicas que recusam os valores liberais, humanistas e democráticos. Por isso, talvez, ressaltou a “necessidade, para a sociedade, dos historiadores, que são os memorialistas profissionais do que seus colegas-cidadãos desejam esquecer” (HOBSBAWN, 1995, p. 107). Pois percebia o modo como o advento de uma ordem global baseada na ortodoxia econômica poderia conduzir, outra vez, a um novo abismo econômico e a novas ameaças para a sociedade democrática.

Foi à compreensão crítica desse processo que o sociólogo italiano Luciano Gallino se dedicou nos últimos anos de sua vida. Falecido em 8 de novembro de 2015, Gallino não foi apenas um sociólogo acadêmico, mas um importante intelectual público, militante do Partido Socialista Italiano, com formação marxista, crítico do neoliberalismo como ideologia político-econômica e de suas consequências no campo social, especialmente na esfera da produção e do trabalho. Tendo se formado e colaborado como pesquisador na Ufficio Studi Relazioni Sociali, fundação de pesquisa relacionada ao grupo industrial Olivetti, dedicou-se, por toda sua carreira, ao estudo das relações de trabalho, com particular interesse no trabalho industrial, sob o impacto

do desenvolvimento tecnológico e de técnicas organizacionais, interesse que o levou a escrever, no início dos anos 2000, sobre a globalização e a flexibilização do trabalho.

Tais preocupações levaram à elaboração do livro *Finanzcapitalismo. La civiltà del denaro in crisi* (GALLINO, 2011), obra síntese de um diagnóstico de tempo que toma o processo de financeirização da economia como eixo interpretativo das mudanças sociais ocorridas a partir do final do século XX. Nosso objetivo com este texto é destacar alguns aspectos desse diagnóstico, de modo a compor um esboço sobre os fatores objetivos que sustentam o processo de financeirização do capital e a flexibilização do trabalho, bem como suas consequências no campo da cultura e da política. Com isso, procuramos apresentar as contribuições de Gallino para a compreensão da sociedade contemporânea, contribuições ainda pouco conhecidas do público brasileiro.

O capitalismo financeiro como regime de acumulação e forma social

Em seu livro *Finanzcapitalismo*, Gallino (2011) se propôs a fornecer uma interpretação sobre o processo de financeirização da economia capitalista que abarcou a sociedade globalizada, de modo a caracterizar o capitalismo financeiro, expondo suas raízes históricas, seu *modus operandi* e suas consequências no âmbito da economia, política democrática e da organização do trabalho e da vida dos trabalhadores.

No início da obra, ele fornece uma caracterização sintética do capitalismo financeiro, ao qual se refere por meio da contração “Finanzcapitalismo”²:

O capitalismo é uma mega-máquina que se desenvolveu no curso das últimas décadas com o escopo de maximizar e acumular, sob a forma de capital e conjuntamente de poder, o valor extraível seja do maior número possível de seres humanos, seja dos ecossistemas. A extração de valor tende a abraçar cada momento e aspecto de uns e de outros, do nascimento à morte ou à extinção. Como

² Trata-se de uma contração da língua alemã para o conceito *Finanzmarkt-Kapitalismus* e *Finanzkapitalismus*, que significam, respectivamente, capitalismo de mercado financeiro e capitalismo financeiro. É notória a influência do debate germânico acerca da economia política do capitalismo financeiro na obra de Gallino.

máquina social, o capitalismo financeiro superou cada uma das precedentes, incluindo aquela do capitalismo industrial, em função da sua extensão planetária e da sua penetração capilar em todos os subsistemas sociais e em todos os estratos da sociedade, da natureza e da pessoa (GALLINO, 2011, p. 5).³

Gallino utiliza o conceito de máquina social, extraído da obra de Lewis Mumford, para caracterizar o aspecto sistêmico do capitalismo financeiro, que opera coordenadamente, como um complexo político-financeiro, por meio de uma racionalidade instrumental, com a finalidade de extrair o máximo valor possível dos homens e da natureza. Ele se preocupa em distinguir a extração de valor, objetivo último do capitalismo financeiro, da produção de valor que caracterizava a forma precedente do capitalismo industrial. Enquanto a produção de valor encontrava seu fundamento na produção de mercadorias, que serviam como suporte de valor, a extração de valor ocorre por meio da especulação financeira, da manipulação e imposição de taxas, que provoca o endividamento massivo de pessoas, famílias e empresas, e por meio do aumento da produção, através do aumento do ritmo de trabalho, produzindo a flexibilização e precarização dos postos.

Essa distinção é importante nos próprios termos da crítica marxista da economia política, pois se de acordo com a formulação marxiana a produção de valor implicava uma relação entre capital e trabalho na produção de mercadorias (em que se investe capital na produção de mercadoria, de modo a gerar mais-valor por meio da venda dessa mercadoria, conforme a formulação D-M-D'), a extração de valor baseada na especulação consistiria em extrair mais valor diretamente do capital investido, sem a mediação da produção de mercadorias (alterando a fórmula precedente, que então se expressa como D-D').

Essa alteração implica numa intensificação da extração de valor, que produz um aumento do poder do capital, de modo que o próprio capital se converta em poder. Conforme as palavras de Gallino:

Em seu lugar avança a noção de capital como poder em si, um poder organizado em larguíssima escala. [...] Em consequência não é exato dizer que o capital *tem* poder. O capital é poder. O poder

³ As citações foram traduzidas pelo autor, a partir do original italiano.

de decidir que coisa produzir no mundo, com quais meios, onde, quando, em que quantidade. O poder de controlar quantas pessoas têm direito a um trabalho e quantas são consideradas dispensáveis; de estabelecer de que modo deve ser organizado o trabalho; quais devem ser os preços dos alimentos de base, dos quais cada ponto percentual a mais ou a menos aumenta ou diminui em uma quinzena de milhões, no mundo, o número de famintos; quais doenças são curáveis e quais negligenciar, ou quais fármacos devem ou não ser desenvolvidos em laboratórios de pesquisa (GALLINO, 2011, p. 6-7). (Grifos do autor).

Dessa forma, o poder do capitalismo financeiro supera aquele dos Estados, de modo que a própria organização política da sociedade se encontra à sua mercê, graças ao aparato pelo qual seu poder é exercido. Aparato que nem sempre pode ser notado, em função de sua opacidade, pois o capitalismo financeiro se estrutura por meio de um sistema “bancocêntrico”, composto por sociedades financeiras transnacionais que controlam bancos e agências de seguradoras; de uma estrutura financeira que opera de maneira opaca, cuja ação é difícil de se distinguir e de regular, a qual o autor denomina *finança oculta*⁴; e um conjunto de investidores institucionais, composto por fundos de pensão e de investimento.

Como essa estrutura do capitalismo financeiro é composta por agências internacionais, seu poder abrange praticamente a totalidade dos Estados nacionais, cujas decisões políticas se encontram subjугadas aos interesses desse sistema financeiro. Como afirma o autor:

[...] a mega-máquina do *finanzcapitalismo* passou a cumprir seu propósito de extração de valor de todos os aspectos como de todos os cantos do mundo contemporâneo. Um semelhante sucesso é devido a uma economia que com as suas inovações superou a política, mas a uma política que tem identificado seus próprios fins com aqueles da economia financeira, esforçando-se com todos os meios para favorecer sua ascensão. Deste modo a política abdicou de sua tarefa histórica de civilizar, governando a economia, a convivência humana. Mas não se limita a isso. Contribuiu para

⁴ Enquanto as grandes sociedades financeiras e agências de investimento agem de modo visível ao público, essa *finança oculta* não se mostra, sendo composta por derivados não registrados nos balanços dos bancos, de sociedades privadas que veiculam operações que não são registradas em balanços, por intermediários especializados em vender títulos a entes públicos e investidores, por derivados que são negociados sem registro nas bolsas de valores, contabilidades fraudulentas e paraísos fiscais.

transformar o finanzcapitalismo no sistema político dominante a nível mundial, capaz de unificar as civilizações preexistentes em uma só civilização-mundo e ao mesmo tempo de esvaziar de substância e sentido o processo democrático (GALLINO, 2011, p. 12-13).

Nesse sentido, Gallino se preocupa em destacar que a hegemonia do pensamento econômico sobre as instituições políticas tem, ela própria, uma origem política, posto que o processo de financeirização da economia e a constituição das organizações internacionais que lhe oferecem suporte se configuraram conforme a ação de líderes políticos no início dos anos 1980. A desregulamentação da economia e o desmonte do Estado social, que tornaram possível a concentração de poder por parte dos componentes estruturais do capitalismo financeiro, ocorreram nos governos de figuras como François Mitterrand, Margaret Thatcher, Helmut Kohl e Ronald Reagan, além de uma série de figuras públicas que passaram a atuar no âmbito empresarial ou de empresários que ocuparam posições públicas de poder, em uma lógica de “porta giratória”. Nesses governos ocorreu uma mudança na configuração da luta de classes, por meio da ação de novas forças sociais e políticas. Não se trata, pois, apenas de afirmar o primado da economia sobre a política, mas de compreender a nova imbricação entre ambas, mais complexa do que pode parecer à primeira vista (GALLINO, 2014, p. 21-24).

Essa desregulamentação foi posta em prática de acordo com os princípios de uma ideologia política que se traveste de teoria econômica: o neoliberalismo. Gallino não faz referência ao neoliberalismo como uma categoria abstrata que se propõe a explicar a totalidade do sistema capitalista, mas a qualifica de acordo com seu conteúdo ideológico, com a teoria econômica que lhe é subjacente e com sua significação política.

O autor situa historicamente as origens do neoliberalismo no contexto da crise econômica de 1929. Ela aparece, a princípio, como uma teoria econômica que afirma as virtudes do capitalismo e a capacidade auto-reguladora do mercado, culpando a ação interventora do Estado como responsável pela crise econômica.⁵ Sobre ela, Gallino afirma:

⁵ Essa proposição teórica foi defendida por economistas ligados às chamadas Escola Austríaca, Escola de Friburgo e Escola de Chicago, dentre os quais o autor destaca Ludwig von Mises, Friedrich von Hayek,

Com base nesses objetivos primários, que ainda hoje formam as suas bases, o neoliberalismo tem operado desde a origem como uma doutrina política revestida com os trajes de uma teoria econômica. Tem sido, em outras palavras, o instrumento técnico da contraofensiva política dirigida a cancelar por quanto possível as conquistas sociais da classe trabalhadora obtidas nas três décadas posteriores à Segunda Guerra Mundial (GALLINO, 2011, p. 25).

Essa teoria se torna hegemônica – no sentido gramsciano, conforme evoca o próprio autor –, de modo a se transformar em uma grande teoria da realidade social, que passa a ser propagada por *think tanks* financiados por grupos financeiros e corporações industriais em diversos países. Uma teoria cujo escopo político implica em uma ratificação da realidade social como uma ordem natural e que consagra a lógica econômica, composta por autores autônomos, como a única racional. Dessa forma, o neoliberalismo se impõe a todas as esferas da sociedade, até mesmo àquelas de caráter público.

O homem econômico como modelo subjetivo do capitalismo financeiro

Gallino ressalta que a ideologia neoliberal possui uma teoria própria da educação, segundo a qual a finalidade última da educação seria a aquisição, por parte dos alunos, de competências profissionais que lhes tornem empregáveis, isto é, aptos a competir no mercado de trabalho, de modo a ocupar-se produtivamente (GALLINO, 2014, p. 29). Subjacente a essa concepção de educação encontra-se a forte pressão concorrencial que caracteriza o capitalismo financeiro que, elevada a princípio pedagógico pelo elogio da competitividade, atua no esvaziamento de outros valores, como a solidariedade, compromisso público e justiça social, formando uma subjetividade privada e pessoal, atomizada, avessa ao público e à participação política, reduzindo o ser humano a um tipo de *homo economicus*, engrenagem fundamental do sistema capitalista na época da intensificação da exploração do trabalho, que produz o aumento da extração de valor. Trata-se de um tipo de “servo-unidade humano”, segundo analogia de Mumford, sobre o qual escreve Gallino:

Wilhelm Höpke, Walter Eucken, Frank Knight, Gary S. Becker e Milton Friedman (GALLINO, 2011, p. 25).

Este é um modelo de homem que o concebe como um ser cujas ações são motivadas unicamente por um princípio normativo supremo: a persecução do interesse e da utilidade pessoal. Conceitualmente falando, o homem econômico é uma máquina de cálculo, como havia definido Marcel Mauss tempos atrás. Isso se torna realmente seu comportamento efetivo, tanto no plano econômico como no moral e político, quanto mais são oferecidos pela sociedade reconhecimento material e simbólico se de tal modo se comporta, e privações de diversas naturezas se acontecer de se desviar deste comportamento (GALLINO, 2011, p. 139-140).

A conversão de seres humanos em homens econômicos consiste, portanto, em um tipo de determinação do comportamento humano, seu condicionamento por uma lógica econômica de agir racional, produto da cultura neoliberal. Não se trata, pois, de mera ideologia, mas de uma forma concreta de socialização que transforma o ser humano, em sua imensa complexidade, em *homo economicus*, fazendo com que este tipo abstrato se converta numa criatura de carne e osso.

Essa conversão ocorre pela imersão dos homens, desde o nascimento, em uma socialização que se engendra através de sua participação em instituições sociais e culturais:

Imersos como somos desde o nascimento em instituições sociais e culturais – a escola e o mercado, a produção e o consumo, a mídia e o entretenimento, a administração pública e a política – as quais operam intensivamente *como se todos fossem um homem econômico*, os seres humanos desenvolveram em massa uma personalidade da qual não é nem mesmo exato dizer que os faz agir *como se fossem homens econômicos*. Deve-se ao invés reconhecer que a este ponto todos os seres humanos parecem *ter se tornado* um homem econômico (GALLINO, 2011, p. 140). (Grifos do autor).

A construção desse tipo de homem, sua concretização por meio de um determinado processo de socialização, ocorre não só por meio da ideologia neoliberal, mas também através de práticas sociais de cunho neoliberal, que atuam profundamente na formação da personalidade. Para abordar esse aspecto da socialização contemporânea, Gallino nos remete aos escritos da primeira Teoria Crítica, mais especificamente de Erich Fromm,

que cunhou, em sua obra “O medo à liberdade”, o conceito de “caráter social”⁶.

Se, no entanto, esse conceito originalmente fora proposto através de uma abordagem psicológica, Gallino afirma que não se trata, no caso da constituição do homem econômico sob o capitalismo financeiro, de um fenômeno puramente psicológico. Em função de seu aspecto totalitário, que não permite nenhuma forma de resistência psicológica, o autor argumenta que o fenômeno é melhor caracterizado como um fenômeno antropológico e sociológico.

Gallino expõe seu argumento explicando que, enquanto o conceito original de “caráter social”, proposto por Fromm, depende da posição que um grupo ou classe social ocupa no sistema econômico, a socialização do homem econômico abarcaria todas as esferas da sociedade, independentemente da posição do grupo ou classe social:

Disso resulta que se diversa é a posição social de um grupo, diverso deveria ser o caráter social predominante entre seus membros. Por outro lado, o modelo de homem econômico construído e propagado pelo neoliberalismo possui uma veste totalitária: é possível de ser compartilhado por grupos ou classes cujos interesses materiais se opõem uns aos outros e de caráter social aparentemente diverso, ao menos exteriormente (GALLINO, 2011, p. 141).

Isso porque, como explica Gallino, segundo a teoria psicanalítica os homens são dotados de uma “indomável razão biológica”. No entanto, o caráter abarcador do capitalismo financeiro seria capaz até mesmo de moldar este fundamento biológico do aparato psíquico humano: “No finanzcapitalismo até o ser biológico, o fundo corpóreo da personalidade, a fonte das suas pulsões e desejos, agora parece subitamente sofrer a universal pressão modeladora da cultura dominante” (GALLINO, 2011, p. 142). Dessa forma, já não haveria um sujeito capaz de se afastar criticamente da forma de socialização do homem econômico.

Como forma de socialização, a produção do homem econômico serve como aspecto complementar do processo de extração de

⁶ Assim Fromm definiu o conceito de caráter social: “O caráter social compreende somente uma seleção de traços, o núcleo essencial da estrutura de caráter da maior parte dos membros de um grupo, que se desenvolve por efeito das experiências fundamentais e do modo de vida comum a tal grupo” (FROMM *apud* GALLINO, 2011, p. 140-141).

valor operado pelo capitalismo financeiro. Como foi apontado, os homens, como homens econômicos, se apresentam como servos-unidade da mega-máquina de extração de valor, que os utiliza como engrenagens que movimentam o sistema intermediário do capitalismo financeiro, formado pelas grandes empresas, financeiras ou não.

Como mega-máquina, o capitalismo financeiro dispõe de seus componentes (sistema intermediário e servos-unidade humanos) de modo a intensificar a extração de valor (dos homens e da natureza) por meio de um alto grau de racionalidade instrumental – e de um baixo grau de racionalidade objetiva. Aqui, Gallino faz menção ao conceito de racionalidade instrumental trabalhado por Max Horkheimer em *Eclipse da razão*.

Como explica o autor, razão instrumental e razão objetiva:

São duas formas de racionalidade que derivam de duas formas radicalmente diversas de razão. Elas não são opostas quando a primeira procede conjuntamente com a segunda; se tornam quando a primeira dela se separa. Segundo a primeira forma de razão se inventam, se coordenam e se aplicam os meios adequados a conseguir um dado fim e se calculam os riscos de poder sofrer um dano econômico. Pelo contrário, através da razão objetiva e do agir racional que dela deriva, se pretende avaliar se tanto os fins quanto os meios considerados refletem, ou não, a estrutura fundamental e abrangente da realidade. Seguramente esta última é lesada em profundidade pelos meios empregados para extrair valor dos seres humanos e da natureza (GALLINO, 2011, p. 142-143).

A separação entre os dois tipos de razão, a supressão da racionalidade objetiva, em favor do predomínio quase exclusivo da racionalidade instrumental, é dramática porque obscurece a irracionalidade inerente ao sistema do capitalismo financeiro, cuja finalidade de intensificar a extração de valor provoca impactos danosos sobre o trabalho humano e sobre a natureza, ampliando a desigualdade econômica e dificultando a constituição de um sistema agroalimentar mais eficiente (GALLINO, 2011, p. 143-165).

A flexibilização e a precarização do trabalho

Cabe aqui ressaltar algumas consequências desse processo de ampliação da extração de valor do trabalho humano, que ocorre

por meio da intensificação da exploração do trabalho. Ela ocorre quando se procede uma reorganização da produção e do trabalho, de modo a maximizar a extração de valor. Essa reorganização ocorre de modo a promover uma diminuição do pagamento pelo tempo trabalhado, o emprego de uma quantidade de trabalho reduzida ao estritamente necessário de acordo com a demanda, a não retribuição do trabalho, a minimização do pagamento de custos adicionais, inclusive aqueles de ordem trabalhista.

Esses procedimentos provocam a precarização do trabalho e a redução dos direitos dos trabalhadores. Uma das consequências desse procedimento é o reaparecimento na história da figura do trabalhador pobre, cujas condições precárias de trabalho são exercidas em troca de uma baixa remuneração, que acarreta um triplo empobrecimento: nominal, real e relativo. Nominal, porque o salário que recebe é nominalmente muito inferior ao salário médio do local que habita; real, em função da diminuição de seu poder de compra; relativo, porque aumenta a diferença entre o valor que produz e a remuneração que recebe. “Em outras palavras, torna-se mais produtivo, mas porque mais explorado” (GALLINO, 2011, p. 145).

Gallino sublinha ainda duas outras formas de maximização da extração de valor do trabalho. A primeira é a flexibilização das ocupações de trabalho, que se multiplicam por meio dos trabalhos de curta duração. A outra é o aumento do ritmo de trabalho e a redução e redistribuição dos períodos de descanso. Além disso, o autor aponta a existência de formas de trabalho não remunerado, que se exerce por meio do trabalho que o trabalhador realiza em casa, fora de seu período de trabalho e sem receber remuneração adicional. Essas formas de maximização da extração de valor do trabalho humano ocorrem simultaneamente a um desmonte do Estado social promovido pelo capitalismo financeiro e industrial por intermédio de seus agentes políticos, como no caso da privatização de fundos públicos.

Gallino conclui que os procedimentos de maximização da extração do valor e suas consequências negativas sobre a vida dos trabalhadores indicam a irracionalidade inerente ao sistema, que se expressa objetivamente em suas contradições iminentes:

A racionalidade objetiva subjacente à persecução do trabalho a baixo custo como máxima expressão da racionalidade instrumental emerge não apenas se considerar se o tipo de ser humano e de

trabalhador produto desta última seja coerente com a finalidade mesma do finanzia-capitalismo, ou com os objetivos que os seus ideólogos, já há décadas, asseguravam que seriam infalivelmente alcançados graças a isso. Haviam de fato assegurado que as crises econômicas eram um fato do passado; ao invés, o mundo conheceu a partir dos anos 80 um suceder-se de crises sempre mais graves, das quais aquela que eclodiu em 2007 nos EUA é apenas a última em ordem de tempo. E os baixos salários americanos têm sido apontados como um componente relevante dela.

Haviam lardeado, esses mesmos ideólogos, o desenvolvimento da sociedade do conhecimento, a qual requer profissões de altíssima qualificação. Ao invés se constata que as profissões hoje requeridas em maior número pelas empresas são auxiliares, bartenders e operários genéricos, enquanto um após o outro os centros de pesquisa fecham ou se deslocam e seu pessoal é demitido. A ocupação flexível deveria contribuir para elevar a produtividade do trabalho, fazendo com que cada um passe rapidamente à ocupação mais adequada, mas as empresas a utilizam sobretudo para exercer trabalhos a baixo valor agregado, que significa a baixa produtividade. A quantidade dos salários decaiu precipitadamente à metade do último salário para os dependentes a tempo indeterminado, e para os trabalhadores flexíveis, a um terço do salário médio. À frente desta mudança regressiva ocorre dar razão a Max Horkheimer: “a irracionalidade forja agora o destino do homem” (GALLINO, 2011, p. 150).

Vidas adiadas: os custos humanos do capitalismo financeirizado

Dessas conclusões a respeito da intensificação da exploração do trabalho e de sua flexibilização e precarização, Gallino extrai um conjunto de reflexões que são expostas em seu ensaio “Vidas adiadas. O escândalo do trabalho precário” (GALLINO, 2014), no qual o autor aborda os impactos desse processo sobre a vida dos trabalhadores, dando relevo às dificuldades destes se estabilizarem e constituírem projetos de vida a longo prazo. É pertinente retomar algumas dessas reflexões de modo a compreender algumas consequências sociológicas e antropológicas da precarização do trabalho e da vida em sociedade sob o capitalismo financeiro.

Em “Vidas adiadas”, Gallino se volta mais especificamente para a questão da flexibilização do trabalho e sua decorrente precarização, refletindo sobre suas consequências para a vida do trabalhador. Ele retoma o argumento de que a flexibilização do trabalho foi propugnada como um fator essencial para a competição econômica nacional no contexto da globalização, sendo também compreendida como socialmente benéfica por supostamente aumentar a quantidade de empregos. No entanto, Gallino aponta que essa flexibilização tem consequências diretas sobre a vida do trabalhador, provocando impactos de longo prazo em função do adiamento do projeto de vida, pela lacuna formativa decorrente desse adiamento e pela experiência fragmentária do trabalho, que é exercido de maneira descontínua e intermitente, dificultando o domínio técnico de suas funções e, conseqüentemente, a progressão na carreira, culminando na não realização dos projetos de vida, da identidade pessoal e coletiva.

Apoiado por reformas políticas que implicam a retirada de direitos sociais e econômicos do trabalhador, e consistindo em uma série de experiências descontínuas e intermitentes de trabalho em postos diversificados, o trabalho flexível se caracteriza pela insegurança que provoca na vida dos trabalhadores: insegurança em relação ao seu próprio projeto de vida, que lhe provoca um mal-estar subjetivo, tornando-se uma constante fonte de angústia.

A precarização do trabalho constitui o pior custo humano de sua flexibilização. O significado etimológico do termo precário ajuda a compreender o problema: “qualquer coisa que se possa fazer somente com base em uma autorização revogável, do momento em que é obtida não mais por direito, mas através de uma oração”. O trabalho precário, portanto, é o trabalho inseguro, que não está assegurado por direito, que pode ser revogado. E se o trabalho não está assegurado, tampouco a renda do trabalhador. Como explica o autor:

Conseqüentemente, a precariedade implica primeiramente na insegurança, objetiva e subjetiva. Insegurança que, a partir das condições de trabalho, produz insegurança das condições de vida, porque o trabalho, e com isso a renda, é revogável ao arbítrio do sujeito – a empresa, o empregador – que o concedeu (GALLINO, 2014, p. 8).

Gallino argumenta que a difusão generalizada – e normalizada, ou seja, tornada norma, normal – desse tipo precário de trabalho implicaria na revogação da própria normalidade do trabalho e da vida. Dessa forma, a precariedade objetiva produzida pelos contratos de trabalho flexibilizados, a curto prazo e revogáveis, engendra a precariedade subjetiva, que tem início com a limitada capacidade de se formular um projeto de vida a longo prazo.

Para alguém que tem uma ocupação flexível, essa limitação da possibilidade de projetar a própria existência pode se manifestar através de duas formas: a) quando o sujeito sabe que a sua ocupação possui um prazo, por força de dispositivos contratuais ou de uma licitude pendente da empresa a decidi-lo, não importa se essa ocupação dure poucos dias ou alguns anos; b) quando o trabalho é exposto a variações temporais contingentes, ou seja, imprevisíveis para o sujeito.

Acontece também, em casos não infrequentes, que as duas vias se combinem, tornando vã qualquer possibilidade de se construir e perseguir projetos de vida (GALLINO, 2014, p. 12).

Esse mal-estar subjetivo possui, segundo o autor, uma contraface política: a insegurança na vida produz a percepção de que o trabalhador é incapaz não só de definir seu futuro, mas também de intervir nos rumos da sociedade, que qualquer ação política é ineficaz: “Para reconquistar o controle da própria vida, não precisa confiar em outros. Sob este aspecto a precariedade das vidas flexíveis é um eficaz meio da anti-política, do absentéismo eleitoral, da afirmação do existente” (GALLINO, 2014, p. 10), operando como um meio eficaz de produção do conformismo.

Além dessa consequência política, a flexibilização também prejudica o processo formativo do trabalhador e a constituição de sua própria identidade e de suas relações sociais. Como foi mencionado, a flexibilização do trabalho implica na experiência fragmentária do trabalho, no exercício descontínuo e intermitente de atividades laborais, que impede a acumulação de experiência profissional por parte do trabalhador flexível, uma vez que a experiência adquirida em uma profissão nem sempre é transferível a outra.

Gallino expõe a gravidade da situação:

Dito de outra forma, isso não permite ao indivíduo nem construir uma carreira, nem uma identidade laboral. Mas esta última não representa um elemento suplementar ou acessório da identidade pessoal e social: é o seu fundamento mesmo. De seres humanos, de fato, é constitutiva a necessidade de poder dar uma resposta definitiva seja à pergunta “que sou?”, seja à questão pública “que és?”. Da resposta à pergunta interior depende a ideia que um sujeito tem de si próprio, a atitude para o próprio Ser. Da resposta à questão pública depende a ideia e a atitude que os outros, quase todos com os quais se tem contato, terão em relação a ele ou em relação a ela. No complicado percurso da adolescência à idade adulta, da juventude à maturidade, para a maior parte das pessoas o instrumento mais eficaz para dar uma resposta a esses dois quesitos é o trabalho que se faz, ou melhor, que por longo tempo se tem feito. Não chegar a dar esta resposta porque se tem realizado muitos trabalhos diferentes, descontínuos, continuamente interrompidos em um lugar e recuperados noutro, representa para muitos um sofrimento, um custo humano de modo algum computável, e não obstante pesado de portar e suportar (GALLINO, 2014, p. 10-11).

Do exposto, é possível concluir que a precarização do trabalho, produto necessário da flexibilização que fornece um fundamento para a maximização da extração de valor pelo capitalismo financeiro, engendra danos profundos para a vida dos trabalhadores. Acarreta, também, consequências políticas e sociais, uma vez que acentua a polarização entre trabalho qualificado e trabalho precário, contraindo relativamente os estratos médios (GALLINO, 2011, p. 159-165; 2014, p. 16-28). Suas consequências servem como desmentido da retórica que tenta lhe conferir legitimidade política.

Uma luta política do nosso tempo

Ao se verificar alguns aspectos da teoria de Gallino sobre o capitalismo financeiro, tem-se a impressão de que não é possível encarar a situação de maneira otimista. No entanto, o sociólogo não deixa de apontar perspectivas. Como ele argumenta, o capitalismo financeiro padece de uma fragilidade sistêmica, uma vez que sua imbricada estrutura pode ser afetada por danos localizados. Conforme suas palavras:

Um sistema é sólido quando a eventual disfunção de um componente é localizada e não se transmite rapidamente a outros. É um critério básico da projeção de sistemas complexos. O atual sistema financeiro, motor da mega-máquina, parece ao invés construído seguindo critério exatamente oposto. [...] um incidente local, afinal circunscrito, arriscou no outono de 2008 de levar ao colapso da economia mundial (GALLINO, 2011, p. 166).

De fato, a própria interdependência do sistema, inclusive sua excessiva dependência das instituições financeiras, a utilização contínua de operações a débito e a crédito, que movimentam valores que não encontram correspondentes na economia real, a criação de novos tipos de dinheiro e de títulos financeiros, cujos valores são opacos e constituem uma forma de economia fictícia, demonstram a dificuldade de gerir os riscos e lidar com uma eventual crise sistêmica (GALLINO, 2011, p. 166-167).

Dessa forma, a mega-máquina cujo poder de tudo dispõe e a tudo controla, torna-se, contraditoriamente, a maior fonte de insegurança de que se tem notícia, constituindo o fator central da civilização-mundo que ela própria engendra e à qual confere unidade. Se as reflexões de Gallino não dão vazão ao otimismo ingênuo, não deixam de indicar a tarefa que se coloca para o sociólogo que pretende pensar criticamente o a realidade social em que vivemos. Como ele conclui:

Se trata de entender a que ponto a crise em essência da civilização-mundo, de que tal caráter é intimamente parte, terá que avançar até forçá-lo a reconhecer a própria insustentabilidade. Quando tal reconhecimento ocorrer em larga escala, a mega-máquina do finzcapitalismo se encontrará rapidamente privada dos servos-unidade humanos indispensáveis ao seu funcionamento (GALLINO, 2011, p. 324).

O capitalismo financeiro pode colapsar em função de seus próprios aspectos sistêmicos, por suas contradições internas. Em sua narrativa sobre o processo de financeirização da economia que levou à crise de 2007, Gallino (2013) caracteriza o capitalismo financeiro como um regime de acumulação que se constitui em resposta à crise do regime de acumulação anterior, mas que prepara sua própria crise. Compreendendo esse processo como um processo político, de acordo com a tradição gramsciana, ele

não se furtou de indicar os caminhos para uma possível superação da crise e para a construção de um sistema mais justo, comprometido com a democracia e com a justiça social. Dessa forma, apontou a necessidade, em primeiro lugar, de rejeitar a teoria econômica neoliberal, cujos efeitos nocivos desmentem a falsidade ideológica, disfarçada de ciência, sobre a qual ela se constrói; em segundo lugar, de enfrentar o problema do desemprego e da precarização dos postos de trabalho, recuperando a noção segundo a qual o trabalho é um direito que deve ser garantido e motor do desenvolvimento econômico; em terceiro lugar, de vincular a finança à economia real, produtiva, de acordo com a responsabilidade social.

Gallino sabia que não se trata de uma tarefa fácil, mas a julgou imprescindível. Com as mudanças na configuração da luta de classes, a qual abordou em longa entrevista concedida a Paola Borgna (GALLINO, 2012), a fragmentação da classe trabalhadora e a grande influência dos ideólogos do neoliberalismo, as condições não são favoráveis a uma mudança rápida de cenário. Em seu último livro, (GALLINO, 2015) afirmou que a história das últimas décadas é a história de uma derrota política, que agora se configura como uma luta a ser vencida pelas futuras gerações. Sua obra constitui uma arma nessa luta, que só pode ser vencida com a compreensão objetiva da realidade, como ensinou o professor e sociólogo. Luta que se faz urgente, como se nota pelos ruídos políticos dos últimos tempos, que parecem levar, cada vez mais, a uma realidade tão tenebrosa e tão violenta quanto aquela descrita por Hobsbawn.

CARVALHO, J. M. From financialization of economy to precariousness of labour: notes from Luciano Gallino's late work. *Perspectivas*, São Paulo, v. 48, p. 69-86, jul./dez. 2016.

■ **Abstract:** *This article aims to present the recent work of Luciano Gallino, an important Italian sociologist, who devoted his last years to the critical analysis of the neoliberal globalization process. According to the author, this process would have been marked by the primacy of the financial capital over the productive capital, in accordance with the proposals of the neoliberal formula, which promoted economic deregulation and the flexibilization and consequent precariousness of labour, intensifying the competitive pressure and life insecurity of the working classes. Economic transformations that would be produced*

by a political process of implementation of a neoliberal ideological hegemony, simultaneously promoting the erosion of the democratic political culture.

■ **Keywords:** *Neoliberalism. Financial capital. Social theory. Luciano Gallino.*

Referências

GALLINO, L. *Finanzcapitalismo*. La civiltà del denaro in crisi. Torino: Einaudi, 2011.

_____. *La lotta di classe dopo la lotta di classe*. Roma-Bari: Laterza, 2012.

_____. *Il colpo di stato di banche e governi*. L'attacco alla democrazia in Europa. Torino: Einaudi, 2013.

_____. *Vite rinviate: lo scandalo del lavoro precario*. Roma: Laterza, 2014.

_____. *Il denaro, il debito e la doppia crisi spiegati ai nostri nipoti*. Torino: Einaudi, 2015.

HOBBSAWN, E. J. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. Trad. Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.